

COMISSÃO TRIPARTITE PARITÁRIA PERMANENTE - CTPP

Ata da 85ª Reunião Ordinária

Local: Sala de Reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (Brasília/DF)

Data: 28 e 29 de junho de 2016

Participantes: Rinaldo Marinho Costa Lima (DSST/SIT); Romulo Machado e Silva (DSST/SIT); Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira (DSST/SIT); Carolina Silva Melo Araújo (DSST/SIT); Luiz Carlos Lumbreras Rocha (SRTE/RJ); Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti (DEFIT/SIT); Rogério Alves da Silva (DSST/SIT); Luiz Henrique Rigo Muller (Fundacentro); Robson Spinelli Gomes (Fundacentro); Roque Manoel Perusso Veiga (M. Saúde); Itamar José Sanches (CUT); Loricardo de Oliveira (CUT); Arnaldo Gonçalves (Força Sindical); Adir de Souza (UGT); Washington Aparecido dos Santos - Maradona (UGT); Robinson Leme (NCST); Francisco Erivan Pereira (CSB); Cláudio Ferreira Santos (CSB); Clovis Veloso de Queiroz Neto (CNI); Katyana Aragão Menescal (CNI); José Almeida de Queiroz (CNC) Luis Sérgio Soares Mamari (CNC); Danielle Silva Bernardes (CNT); Alexandre Venzon Zanetti (CNS); Joicy Damares Pereira (CNS).

Ausências Justificadas: Gilberto Alfredo Pucca Júnior (M. Saúde); Luiz Carlos Oliveira (Força Sindical); Sylvia Lorena (CNI); José Luiz Pedro de Barros (CNI); Luciana Nunes Freire (CNI); Elimara Aparecida Assad Sallum (CNA); Magnus Ribas Apostólico (CNF); Adir de Souza (UGT); Siderlei Silva de Oliveira (CUT); e Nicolino Eugênio da Silva Júnior (CNF);

Observadores:

MPT: Leonardo Osório Mendonça (CODEMAT/MPT).

Assessores:

Governo: Joelson Guedes da Silva (DSST/SIT).

Empregadores: Ruy Tadeu Ribeiro Peleteiro (CNI); Eduardo Batista de Queiroz (CNA); Paulo Rogério de Araújo (CNA); Paulo Roberto Ferrari (CONATEC); Ricardo Albregard (AGSSO); Paulo Zaia (AGSSO); Chafia Abrão Bonomi (CNF); Kelly Dantas (CNF); Zilmara David de Alencar (CONATEC); Ana Beatriz Ayupe Vitoi Sant'Anna (CONATEC); Debra Nunes Cabral (CONATEC).

1º dia (28 de junho) Apresentação de Demandas

Coordenadores de Bancada:

Governo: Rinaldo Marinho Costa Lima

Trabalhadores: Washington Aparecido dos Santos - Maradona

Empregadores: Clovis Veloso de Queiroz Neto

Coordenador da Reunião:

Rinaldo Marinho Costa Lima (Diretor do DSST/SIT)

1 1. Ata

2 a) Ata da 82ª Reunião

- 3 • Após análise das bancadas e apontadas as correções necessárias, a ata da 84ª Reunião foi aprovada
4 e assinada.

5 **2. Informe sobre Portarias Publicadas**

- 6 a) Portaria SIT n.º 530, de 15 de abril de 2016
7 Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico de revisão do Anexo 5 (Atividade Perigosas
8 em Motocicleta) da NR-16 - Atividades e Operações Perigosas.
- 9 • Romulo informou que o setor de informática do MTb desenvolveu um sistema de recebimento de
10 sugestões referentes às consultas públicas abertas pelo DSST, e que no caso do Anexo 5 da NR-
11 16, tendo em vista que o sistema ainda está em fase experimental, o recebimento das contribuições
12 tem funcionado de forma mista (via sistema e via e-mail). Finalizou dizendo que a proposta é que
13 para as próximas consultas públicas as sugestões sejam recebidas somente via sistema.
- 14 b) Portaria SIT n.º 531, de 19 de abril de 2016
15 Constitui subcomissão tripartite para acompanhar o projeto piloto de utilização da modalidade ensino
16 a distância e semipresencial para as capacitações previstas na NR-20.
- 17 c) Portaria MTPS n.º 453, de 27 de abril de 2016
18 Revoga a Portaria MTE n.º 1.287, de 30 de setembro de 2015, publicada no DOU de 1º de outubro
19 de 2015.
- 20 d) Portaria MTPS n.º 505, de 29 de abril de 2016
21 Altera o Anexo I - Regulamento técnico de procedimentos para movimentação, armazenagem e
22 manuseio de chapas de mármore, granito e outras rochas - da Norma Regulamentadora n.º 11 -
23 Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.
- 24 e) Portaria MTPS n.º 506, de 29 de abril de 2016
25 Altera a Norma Regulamentadora n.º 22 - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração.
- 26 f) Portaria MTPS n.º 507, de 29 de abril de 2016
27 Altera o Anexo II da Norma Regulamentadora n.º 28.
- 28 g) Portaria MTPS n.º 508, de 29 de abril de 2016
29 Altera a Norma Regulamentadora n.º 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
- 30 h) Portaria MTPS n.º 509, de 29 de abril de 2016
31 Altera a Norma Regulamentadora n.º 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.
- 32 i) Portaria MTPS n.º 510, de 29 de abril de 2016
33 Altera a Norma Regulamentadora n.º 04 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em
34 Medicina do Trabalho.
- 35 j) Portaria MTPS n.º 511, de 29 de abril de 2016
36 Inclui, na Norma Regulamentadora n.º 36 - Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e
37 Processamento de Carnes e Derivados, o Anexo II - Requisitos de segurança específicos para
38 máquinas utilizadas nas indústrias de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao
39 consumo humano.
- 40 k) Portaria SIT n.º 533, de 10 de maio de 2016
41 Altera a composição da Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP.
- 42 l) Portaria MTPS n.º 540, de 25 de maio de 2016
43 Determina a utilização do Sistema de Comunicação de Obras - SCPO e dá outras providências.
- 44 • Rinaldo lembrou que em reuniões anteriores foi informado que o procedimento para comunicação
45 prévia de obras seria informatizado via internet; que a Portaria n.º 540 concede um prazo de 180
46 dias para que as empresas, mediante justificativa, passem a fazer essa comunicação ainda na
47 sistemática anterior, mas o sistema informatizado já se encontra em funcionamento.
 - 48 • Clovis comentou que o sistema foi divulgado no setor da construção civil, onde se teve um retorno
49 negativo em relação à tentativa do registro do cadastramento da comunicação no sistema.
50 Perguntou se isso já foi resolvido e se ocorreram outras reclamações sobre essa questão.

- 51 • Romulo informou que existe uma conta de e-mail (scpo@mte.gov.br) para receber reclamações
52 referentes ao sistema e que essas reclamações são analisadas, respondidas e, quando for o caso,
53 providenciadas as soluções de uso.
- 54 • Rinaldo disse que o sistema agilizará os procedimentos, extinguirá a papelada nas
55 Superintendências e proporcionará mais facilidade de atendimento, de elaboração de estatísticas e
56 informações para a auditoria-fiscal. Continuou dizendo que a exemplo desse sistema, também será
57 informatizado o registro de SESMT. Lembrou que na 73ª Reunião da CTPP os itens 4.17, 4.17.1
58 e 4.17.2, que dispõem sobre o caso, já foram aprovados e estão aguardando a publicação do
59 SESMT Eletrônico que deverá ser finalizado e disponibilizado em breve.
- 60 m) Portaria SIT n.º 545, de 07 de junho de 2016
61 Altera a composição da Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP.
- 62 n) Portaria MTPS n.º 546, de 15 de junho de 2016
63 Prorroga o prazo da consulta pública do texto técnico básico de revisão do Anexo 5 (Atividade
64 Perigosas em Motocicleta) da NR-16 - Atividades e Operações Perigosas.

65 **3. Formação de Grupos Tripartites**

66 a) *Subcomissão da Pesca (NR-30)*

- 67 • Rinaldo informou que, na reunião de coordenadores de bancada da CTPP, o coordenador da
68 representação de empregadores solicitou que a composição da Subcomissão fosse ampliada de 3
69 para 4 membros, o que foi acordado pelos coordenadores. Ante o exposto solicitou que as bancadas
70 efetivassem as respectivas indicações.
- 71 • Maradona, pela bancada de trabalhadores, solicitou 15 dias para que o 4º representante fosse
72 indicado.
- 73 • De forma geral ficou acordado o prazo de 15 dias para que as bancadas formalizem a indicação.

74 b) *Grupo de Estudo Tripartite - GET sobre Estufagem Manual em Contêineres (NR-11)*

- 75 • Rinaldo informou que, na reunião de coordenadores de bancada da CTPP, o coordenador da
76 representação de trabalhadores solicitou que a composição do GET fosse ampliada de 3 para 4
77 membros, o que foi acordado pelos coordenadores. Ante o exposto solicitou que as bancadas
78 efetivassem as respectivas indicações.
- 79 • Clovis, pela bancada de empregadores, solicitou 15 dias para que o 4º representante fosse indicado.
- 80 • De forma geral ficou acordado o prazo de 15 dias para que as bancadas formalizem a indicação.

81 c) *Grupo de Trabalho Tripartite - GTT do Anexo 5 (Motociclistas) da NR-16*

- 82 • Rinaldo informou que a consulta pública do Anexo 5 (Atividades com Motociclistas) da NR-16,
83 referente ao processo de revisão da regulamentação, tinha previsão de encerramento no dia 16 de
84 junho. Entretanto, a representação de empregadores solicitou a prorrogação de 30 dias,
85 prorrogação essa acordada na reunião de coordenadores de bancada da CTPP. Informou também
86 que o DSSST enviou aos coordenadores de bancada ofício de solicitação de indicações para o GTT
87 com o prazo de formalização até o dia 30 de julho de 2016. A composição do GTT será de 5
88 membros efetivos, sendo facultativa a indicação de até 2 assessores.

89 **4. Alteração de Normas Regulamentadoras**

90 a) *NR-06 (Proteção contra Riscos Meteorológicos)*

- 91 • Rinaldo informou que ficou acordado na última reunião da CTPP que em 30 dias as bancadas
92 apresentariam posicionamento sobre a proposta de alteração do Anexo I da NR-06 em função da
93 Proteção contra Riscos Meteorológicos, mas que até aquele momento nenhum posicionamento
94 havia sido apresentado.

- 95 • Romulo explicou que no Anexo I da NR-06 prevê somente equipamento de proteção do tronco
96 contra riscos de origem meteorológica, e o que foi aprovado pela CNT da NR-06 foi que essa
97 proteção não seja apenas para o tronco, que contemple também a questão da calça, macacão e
98 vestimenta de corpo inteiro, possibilitando assim a harmonização da proteção para todo o corpo
99 do trabalhador frente a esse tipo de risco.
- 100 • Clovis comentou que esse tema ainda não é pacífico na bancada, pois existem posições dentro da
101 bancada que ainda não estão convergentes quanto à aprovação do item. Além disso existem pontos
102 a serem observados, tais como a nomenclatura do termo “riscos meteorológicos”, que traz uma
103 grande insegurança com relação ao que está regulamentado hoje, quiçá ao que se pretende
104 regulamentar, pois, se a proteção é contra chuva, “riscos meteorológicos” não define isso, visto a
105 complexidade do termo. Disse que outra situação é quando se deu a discussão desse item na CNT
106 da NR-06, onde justamente na reunião de aprovação do item, a bancada de empregadores se
107 encontrava desfalcada e que, apesar de membro efetivo, o representante dos empregadores que se
108 fez presente na discussão era iniciante e não tinha conhecimento das discussões anteriores,
109 situação que não lhe deu condições técnicas para apresentar posicionamento em nome da bancada.
- 110 • Maradona disse entender que deve ser feito um debate mais apurado sobre a proposta, visto que
111 não se pode transformar tudo quanto for vestimenta em EPI, pois isso inviabiliza muita coisa,
112 inclusive a realização de atividades.
- 113 b) *NR-09 (Anexo 2 - Exposição Ocupacional ao Benzeno em Postos Revendedores de*
114 *Combustíveis - PRC)*
- 115 • Rinaldo informou que se trata da proposta de texto aprovada pela Subcomissão PRC, sendo que,
116 na reunião da CNPBz (16 e 17 de junho), ficou acordado que na reunião de coordenadores de
117 bancada da CNPBz (30 de junho) a proposta será deliberada de forma conclusiva; e que, ante o
118 exposto, a CTPP deve discutir e definir os próximos passos a serem observados na discussão de
119 deliberação da proposta.
- 120 • Romulo relatou que a Subcomissão de Postos Revendedores de Combustíveis - SPRC foi
121 constituída em 2011 e depois de idas e vindas, em 2014, houve muita discussão no âmbito da CTPP
122 em torno da proposta de texto, onde o principal foco do impasse era a “avaliação ambiental” e a
123 implementação de sistema de recuperação de vapores. Com isso, o texto foi devolvido pela CTPP
124 à Subcomissão, que por sua vez apresenta a atual proposta de texto que será objeto de discussão e
125 deliberação pelos coordenadores de bancada da CNPBz, que estarão reunidos no próximo dia 30
126 de junho. Explicou em linhas gerais que a questão da avaliação ambiental que vinha sendo um
127 problema foi solucionada fazendo-se a simples menção de que, para essa avaliação, deve ser
128 seguida a NR-09; e a implementação de sistema de recuperação de vapores teve concordância da
129 representação empresarial e dos trabalhadores e, mesmo com prazos longos para implementação,
130 foi considerado como grande avanço para o setor.
- 131 • Clovis relatou que a proposta ainda não havia sido aprovada pela CNPBz por questões de prazo
132 regimental, pois a proposta atual foi encaminhada às bancadas da CPNBz às vésperas da reunião.
133 Sendo assim, a bancada de empregadores solicitou o prazo de 15 dias para apresentar
134 posicionamento e por isso agendou-se a reunião de coordenadores de bancada da CNPBz, onde
135 será dado o parecer conclusivo sobre a proposta. Disse que houve um sensível amadurecimento do
136 texto e que o mesmo reflete a concessão das três partes e que, se não for a redação ideal para todos,
137 pelo menos é o possível de ser cumprido no momento. Completou dizendo que o texto foi
138 encaminhado para o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São
139 Paulo - SINCOPEPETRO, entidade relevante no setor fora do âmbito da FECOMBUSTÍVEL. Disse
140 que após análise não houve manifestação contrária ao texto e sim, foram feitos alguns
141 apontamentos, destacando-se dentre eles o pedido de que a tabela de prazos da proposta estivesse
142 harmonizada com a tabela de prazos do INMETRO, coisa já aceita. Ainda teriam 2 ou 3 pontos
143 que serão apresentados na reunião de coordenadores da CNPBz no dia 30 de junho.

- 144 • Mamari informou que a CNC não tem nada mais a acrescentar na proposta. Explicou que o
145 Sincopetro, desde 2002, não pertencia mais à rede de filiação da Fecombustível e que esse não se
146 sentia representado na Subcomissão pela referida Federação. Relatou que em 2009 o Sincopetro
147 solicitou vaga na Subcomissão. Entretanto, como essa se encontrava devidamente composta e já
148 com trabalhos em andamento, com 3 reuniões realizadas, tal inserção não seria possível, mas que
149 o Sindicato poderia participar acompanhando as discussões e indicando representantes na
150 qualidade de assessores. Relatou que essa proposta de participação, segundo o então coordenador
151 da CNPBz (Luiz Sérgio), foi apresentada ao Sincopetro, mas não se teve uma resposta. Disse que
152 na última reunião da Subcomissão um representante do Sincopetro se fez presente, informando
153 que a entidade representava 6.500 postos revendedores no Estado de São Paulo, e assim a proposta
154 de texto foi enviada para o Sindicato para conhecimento e ponderações, onde se originaram os
155 apontamentos relatados por Clovis. Finalizou reafirmando que a posição da Fecombustível é de
156 aprovação do texto na forma como foi apresentado.
- 157 • Itamar disse estar preocupado quando a coordenação de empregadores fala em possíveis alterações
158 no texto, pois esse texto já foi fechado umas duas vezes na Subcomissão, mas, quando chega à
159 CNPBz, emperra. Disse que o fechamento do texto, dessa vez, está muito próximo e o melhor
160 encaminhamento seria: sendo o texto aprovado na reunião de coordenadores da CNPBz, esse seja
161 encaminhado aos coordenadores da CTPP para que em 10 ou 15 dias apresentem posicionamento
162 conclusivo quanto à proposta de anexo.
- 163 • Romulo considerou ser essa uma fase de finíssimo ajuste do texto para conclusão do trabalho.
164 Disse que esse trabalho é um enorme avanço para o setor e, no âmbito da CNPBz, é um
165 imensurável produto que está sendo entregue para a sociedade como um todo, talvez a maior
166 produção no âmbito da CNPBz na última década. Disse que o tema já foi pautado para deliberação
167 na CTPP algumas vezes e, entre idas e vindas e impasses registrados, ocorreu o amadurecimento
168 necessário para a finalização do texto, tanto que não foi necessária a intervenção da SIT com um
169 possível arbitramento no texto. Disse achar que a proposta agora atende aos anseios dos
170 trabalhadores, atende aos anseios dos empregadores, do Governo e atende aos anseios do setor,
171 que esteve representado na Subcomissão durante todos esses anos de trabalho. Foram pelo menos
172 5 anos de Subcomissão discutindo esse tema. Explicou que a proposta de encaminhamento
173 consistia em: sendo aprovada a proposta de texto do Anexo, na reunião de coordenadores da
174 CNPBz, no dia 30 de junho, logo em seguida a mesma seria encaminhada aos coordenadores de
175 bancada da CTPP para que esses apresentem o posicionamento conclusivo das bancadas dentro de
176 uma semana ou 10 dias. Com isso não precisaria esperar até a próxima reunião da CTPP.
- 177 • Maradona informou que a bancada de trabalhadores concorda com o encaminhamento proposto.
- 178 • Clovis informou que a princípio não haveria problemas quanto ao encaminhamento proposto, mas
179 que na reunião de bancada o tema seria debatido e no segundo dia da reunião da CTPP apresentaria
180 o posicionamento da bancada de empregadores.

Pronunciamento da Secretária de Inspeção do Trabalho

- 181 • Maria Teresa informou que não poderia perder a oportunidade de conversar com uma assembleia
182 de pessoas de bem, com pontos de vista distintos, mas que promovem o debate para construção do
183 que é melhor para o trabalhador e para o país de forma consensual. Ilustrou o pensamento recitando
184 a música “Los Hermanos”, de Mercedes Sosa, e complementou dizendo que cada um tem seu
185 trabalho, cada um tem sua luta, cada um tem seu olhar, sua visão, seus sonhos, sua formação e isso
186 faz com que as construções em grupo sejam mais ricas. Disse que a SIT, nesse conjunto, não é
187 mera participante e sim uma grande apoiadora da discussão e construção coletiva. Comunicou que
188 a SIT está à disposição de todos para o que for necessário.
- 189 • Clovis, em nome da bancada de empregadores, deu boas vindas e desejou sucesso à frente da SIT.
190 Disse que o setor empresarial tem muitas pautas importantes e que em breve serão apresentadas à
191 Secretária com vistas ao avanço das mesmas. Relatou que na CTPP existem muitas pautas difíceis,

- 192 complexas, fato que exige habilidade para encontrar caminhos para que as três representações
193 possam seguir em busca dos consensos; e que com isso a Comissão busca melhores ambientes e
194 condições para o trabalhador, melhores condições para as empresas, contribuindo assim para o
195 crescimento do país.
- 196 • Luiz Henrique Muller, Presidente da Fundacentro, desejou boas vindas à Secretária e comentou
197 que a Fundacentro tem o papel e objetivo de sempre somar nos trabalhos da CTPP e da própria
198 SIT.
- 199 • Maradona, em nome da bancada de trabalhadores, deu boas vindas à Secretária. Disse que a CTPP
200 é uma equipe da SIT e considerou o DSST/SIT um órgão de vital importância para o Ministério
201 do Trabalho, mas infelizmente pouco observado e considerado. Disse ser importante a participação
202 da Secretária na reunião, fato que demonstra o interesse e apoio da mesma na construção do bem
203 para o país. Finalizou dizendo que a Comissão conta, conforme aferição do MTb, com as seis
204 principais centrais sindicais do país; que são muitas demandas dos trabalhadores; que a Comissão
205 preza e trabalha para o consenso das propostas, mas que isso nem sempre é possível onde, na
206 ocorrência, o Estado deve assumir o seu papel de legislador, zelando pelo povo, pelo trabalhador.
- 207 • Itamar comentou que, o que se espera de apoio da SIT, é que sejam transitados, junto ao Governo,
208 os consensos alcançados na CTPP para que esses não sejam destruídos em outras esferas, por
209 outras vias.
- 210 • Roque Veiga se dirigiu à Secretária informando que Gilberto Pucca, Diretor do Departamento de
211 Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador - DSAST, titular na Comissão, não pôde
212 comparecer à reunião por problemas de saúde na família; e que o Ministério da Saúde está sempre
213 à disposição para participar dessa parceria e da construção de Normas e de melhores condições de
214 trabalho para a população do país.
- 215 • Maria Teresa agradeceu o acolhimento de todos e disse que o que se constrói junto não pode se
216 perder e que esse é o pensamento da SIT.
- 217 • Maradona disse que as considerações feitas por Itamar são, em suma, relacionadas ao modelo
218 tripartite de discussão. Disse que a CTPP tem sido muito atacada ultimamente, pois se debate, se
219 consensa, se constrói, para depois, mais adiante, se buscar o parlamento para cancelar tudo,
220 fazendo-se assim ingerência dentro de uma questão que é técnica. Relatou o caso da NR-12, onde
221 representantes da CTPP tiveram que ir ao Senado Federal para fazer valer a competência da
222 Comissão na elaboração e adequação dos regulamentos de segurança e saúde no trabalho.
- 223 • Luiz Henrique Muller disse que a Fundacentro também entende que os debates e consensos sobre
224 SST devem ser feitos e resolvidos dentro da CTPP e não em outras esferas do Governo, como
225 Câmara dos Deputados ou Senado Federal.
- 226 • Maria Teresa disse que durante o tempo em que permanecer frente à SIT pretende fazer, junto com
227 a CTPP, um relatório de gestão bastante denso em relação à construção do direito dos trabalhadores
228 e em prol de uma sociedade mais justa.
- 229 • Em virtude de outros compromissos, a Secretária se ausentou da reunião.
- 230 c) ***NR-12 (Anexos VI “Panificação e Confeitaria” e VII “Açougue e Merceria”)***
- 231 • Rinaldo informou que ambas as propostas ficaram pendentes de aprovação em função da questão
232 pontual da “retroatividade futura” da NR-12, onde as normas técnicas futuras seriam aplicadas às
233 máquinas que estão sendo atualmente adequadas ou aptas em relação aos requisitos da NR-12.
234 Disse que essa pendência foi superada pela CNTT da NR-12, sendo obtido o consenso quanto ao
235 texto após a representação de Governo e a de trabalhadores aprofundarem as discussões, ficando
236 o texto como defendido pelos empregadores.
- 237 • Romulo informou que as propostas ficaram melhores do que os empregadores pretendiam. Relatou
238 que na reunião passada da CNTT da NR-12 foi abordada a questão do “gatilho da NR-12” nos

239 anexos, mas que, após discussão, chegou-se ao consenso que esse dispositivo deve constar da parte
240 geral da NR, passando a abranger todos os Anexos da Norma.

241 • Clovis disse entender que essa é outra situação que ilustra o momento de amadurecimento da
242 discussão. Relatou que, depois de um período complexo e difícil da CNTT, a discussão desses
243 anexos colaborou para a retomada dos trabalhos da CNTT de forma mais civilizada, vez que as
244 pessoas que dela fazem parte estão ali para contribuir com as questões técnicas e não questões
245 pessoais. Disse que as propostas foram tratadas com muito “carinho” tendo em vista que são
246 regulamentações para segmentos que são formados 95% por micro e pequenas empresas, fato que
247 exige um olhar mais humano. Relatou que os antigos itens 1.2 (anexo VII) e 1.3 (anexo VI) foram
248 transformados no item 12.5.1 do corpo da Norma. Disse que estava pautada também a discussão
249 dos prazos, mas nesse ponto não se pôde avançar, até porque, dentro do próprio segmento, no caso,
250 o de padarias, alguns posicionamentos não estavam convergentes, e que por isso haverá uma
251 reunião da CNI com esse segmento para fechar um posicionamento. Sobre os prazos, disse que
252 está muito próxima a conclusão desses 2 anexos com 100% de consenso. Entretanto, a
253 representação de empregadores solicitará à CTPP um prazo que permita a discussão no segmento
254 sobre os prazos, uma reunião com a SIT e a Associação Brasileira da Indústria de Panificação e
255 Confeitaria - ABIP, para, posteriormente, apresentar o posicionamento final da bancada.

256 • Romulo comentou que esses dois anexos são simbólicos tendo em vista as discórdias que vinham
257 ocorrendo na CNTT, pelos avanços que eles significam para os respectivos segmentos em termos
258 de facilidade de cumprimento da Norma sem deixar de proteger o trabalhador. Disse que tudo que
259 foi colocado pela representação empresarial nas reuniões da CNTT, exceto a questão dos prazos,
260 se conseguiu chegar ao consenso; e que é preciso desatar o quanto antes esses nós e acelerar o
261 cronograma explicitado por Clovis, pois o tema “NR-12” é urgente e prioritário para a CTPP, até
262 por exigência da própria sociedade que espera soluções para as questões sobre máquinas e
263 equipamentos.

264 • Rinaldo disse reconhecer o esforço da bancada de empregadores para resolver os entraves, mas
265 que para desatar os nós da NR-12 é preciso que todas as partes queiram isso. Citou uma notícia
266 constante do “portal da indústria”, de 21 de junho, que dizia: “*Indústria leva ao Ministério da
267 Fazenda propostas de recuperação da atividade econômica*”, sendo que dentre essas propostas, a
268 de n.º 6 na lista, está o pedido de sustação ou alteração da NR-12, por intermédio da aprovação do
269 PDS n.º 43/15 ou do PDC n.º 1.408/13. Ou seja, justo no momento em que se consegue avançar
270 as discussões na CNTT da NR-12, já com várias portarias de alterações da Norma publicadas, e
271 consenso na redação de 2 anexos (VI e VII), principalmente por se tratarem de regulamentações
272 para segmentos pulverizados, é preocupante que a Indústria ainda defenda de forma institucional
273 a sustação da NR-12.

274 d) **NR-12 (Anexos XII “Equipamentos de Guindar”)**

275 • Rinaldo informou que a proposta de alteração veio da CNTT com consenso pleno.

276 • Robinson Leme levantou dúvida em relação ao item 4.8 da proposta, onde diz que a utilização do
277 cesto suspenso dever estar sob a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado.
278 Disse que a princípio deveria ser responsabilidade de engenheiro de segurança do trabalho, mas
279 acabou constando de forma simples no texto todos os profissionais independentemente da
280 formação, o que é uma questão complicada. Outra observação é que a NR-12 permite
281 movimentação de pessoas em guias, e a NR-18 não permite. Sugeriu que fosse aberto um diálogo
282 entre os dois fóruns sobre essa questão. Apontou que no caput do item 4.18 da proposta consta um
283 erro que consiste na expressão “*atender dispor*”; disse que deveria ser um ou outro, ou ambos os
284 termos.

285 • Quanto ao item 4.18 da proposta, a coordenação da CTPP informou que o erro no texto procede,
286 mas que será concertado.

287 • Quanto ao item 4.8, Lumberas esclareceu que, quando se pensou em colocar essa responsabilidade
288 só para o engenheiro de segurança do trabalho, ela excluiria outras questões como a elaboração do
289 projeto do próprio equipamento, que não necessariamente é atribuição do engenheiro de segurança
290 do trabalho, pois pode ser de um engenheiro mecânico, por exemplo. Outro fato é a possibilidade
291 de se ter um engenheiro com outra especialização, responsável pelas operações em campo, e,
292 assim, no fim, o profissional habilitado vai ser um engenheiro, mas sem o engessamento da
293 especialidade. Quanto ao transporte de pessoas em grua, a NR-18 estabelece a proibição de
294 transporte ou movimentação de pessoas, mas ela também cita a possibilidade do transporte desde
295 que o equipamento seja projetado para tanto, observando os requisitos normativos.

296 e) **NR-12 (parte geral do texto)**

297 • Rinaldo informou que a proposta de alteração dos itens veio com consenso da CNTT.
298 • Clovis comunicou que alguns itens da proposta nada mais são do que ajustes de terminologia
299 técnica. Em tempo, comentou que, no Anexo XI (Máquinas Agrícolas) da NR-12, o item 6.5.4.1
300 cita em sua redação as alíneas “a” e “b” do subitem 6.5.3. No entanto, o item 6.5.3 não possui
301 alíneas, sendo que essas só aparecem no item 6.5.4, e assim é preciso corrigir isso na Norma.
302 • A Coordenação da Comissão informou que procederá a correção.

303 **Projetos de Lei contra a NR-12**

304 • Em tempo, Cláudio Santos perguntou como se encontrava o andamento dos projetos de lei que
305 propõem a sustação da NR-12 no Congresso Nacional.

306 • Rinaldo informou que os projetos de lei se encontram parados. Disse que são projetos de decreto
307 legislativo, um da Câmara dos Deputados e outro do Senado Federal. Relatou que em 2015 ambos
308 os projetos foram para pauta de votação, inclusive com requerimentos de urgência; que houve uma
309 ação conjunta de representações da CTPP e outras entidades interessadas, onde se fizeram
310 presentes, além dos representantes do DSST, representantes da bancada de trabalhadores da CTPP,
311 Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - SINAIT, Associação Nacional dos
312 Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, Associação Nacional dos Procuradores do
313 Trabalho - ANPT, entre outros. Disse que foi feito todo um trabalho de convencimento para que
314 fossem retirados os pedidos de urgência, com o argumento de que a CTPP tem muito a contribuir
315 com o debate, e que a aprovação de algum desses projetos trará um enorme prejuízo à sociedade,
316 e que a CTPP vem trabalhando com afinco para resolver todas as questões relativas à NR.

317 f) **NR-34**

318 • Rinaldo informou que a proposta de alteração já veio da CNTT da NR-34 com consenso.
319 • Lumberas explicou tecnicamente a proposta de alteração que se divide em duas partes. Quanto à
320 primeira parte, disse que o profissional atualmente previsto na NR-34 para realizar operação no
321 campo em trabalhos de gamagrafia e radiografia é o Responsável por Instalação Aberta - RIA, que
322 não mais existe e foi substituído pelo Operador de Radiografia Industrial II, ou ORI II. Porém esse
323 novo profissional, diferentemente do RIA, é vinculado ao Supervisor de Proteção Radiológica -
324 SPR, que muitas vezes pertence não à empresa contratante, mas à contratada, dificultando a
325 manutenção do ORI II por parte da contratante. Assim, o novo texto, além de mudar para ORI II
326 o que hoje é o RIA, altera o subitem 34.7.2.1, permitindo que o estaleiro, no caso a contratante,
327 mantenha profissional próprio responsável pelo acompanhamento dos serviços, que pode ser tanto
328 um SPR, ORI II ou profissional de segurança do trabalho designado. Já a segunda parte da
329 alteração diz respeito a não exigência de Permissão de Trabalho - PT para serviços de pintura em
330 cabine de pintura. Atualmente a PT é exigida para todos os trabalhos de pintura, independente se
331 a área é previamente destinada ou não a este tipo de serviço, diferentemente do trabalho em que a
332 NR distingue os serviços a quente em áreas previamente destinadas, como os *pipeshops* e oficinas,
333 onde não é exigida a PT, e os trabalhos em áreas não previamente destinadas ao trabalho a quente,
334 como nas embarcações, em que a PT é exigida. Não só essa alteração do item 34.9.1 visa

335 uniformizar os requisitos para situações semelhantes, como facilitar o trabalho em cabines de
336 pintura, que, apesar de serem preparadas e projetadas para tal, nelas hoje é exigida a emissão de
337 PT para qualquer trabalho. Assim, foi necessário, além de alterar o subitem 34.9.1, introduzir a
338 definição sobre cabine de pintura e alterar o subitem 4.9.5.1, para evitar que a liberação da área
339 após os serviços seja feita na Cabine como nas demais áreas não previamente destinadas para
340 serviços de pintura.

341 • Spinelli levantou dúvida quanto à redação de alguns itens da proposta: alínea “e” do 34.7.5; alínea
342 “a” do 34.7.11.1; e alínea “c” do 34.7.12. Disse que a redação desses itens deve estar de acordo
343 com a legislação da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

344 • Após debates ficou acordada a realização de uma conversa entre Robson Spinelli, Lumbreras e
345 representantes de trabalhadores para ampliar entendimento e definição de encaminhamento para
346 as questões levantadas.

347 **5. Outros Assuntos**

348 *a) Regulamentação para Edifícios e Condomínios*

349 • Paulo Roberto Ferrari, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e
350 Condomínios - CONATEC, agradeceu pela oportunidade de expor os problemas do setor. Disse
351 que os sindicatos acompanham diariamente a dificuldade de ter que fiscalizar a utilização das
352 Normas Regulamentadoras nos condomínios, comentou sobre a dificuldade em decidir sobre as
353 condições de trabalho dos trabalhadores de condomínio (faxineiro, zelador, porteiro, ascensorista,
354 jardineiro, dentre outros); disse que se trata de uma classe de trabalhadores muito frágil, suscetível
355 a riscos de inúmeras naturezas (elétrico, químico, biológico, ergonômico, quedas, assaltos e etc) e
356 que precisam de mais segurança para execução de suas tarefas. Finalizou comentando que
357 normatizar esse setor significaria dar assistência a 1 milhão de trabalhadores.

358 • Rinaldo comentou que outra situação que diferencia esses trabalhadores é que os síndicos que
359 geralmente gerenciam os serviços não têm o conhecimento da legislação que existe e é aplicável
360 ao segmento, diferentemente de uma empresa constituída.

361 • Spinelli informou que existem Normas Regulamentadoras que se aplicam ao segmento dos
362 condomínios, como é o caso da NR-07 (PCMSO), NR-09 (PPRA), NR-05 (CIPA) dentre outras,
363 e que, em havendo trabalhador com vínculo celetista num condomínio, estas Normas têm que ser
364 aplicadas. Entretanto, o fato de existir Normas aplicáveis não significa que por si só mudarão a
365 realidade. Disse que a grande questão é que, se for proposta a elaboração de uma NR específica
366 para o setor, que essa venha a transformar realmente o processo de trabalho, se ela vai garantir ao
367 trabalhador os seus direitos à segurança e boas condições de trabalho, sendo que, conforme o
368 histórico, à medida que se constata a presença de riscos químicos, físicos e biológicos, o adicional
369 de insalubridade é pleiteado, sendo que na verdade esses adicionais desvirtuam o objetivo de uma
370 Norma Regulamentadora, pois não garantem a saúde para os trabalhadores. Disse achar que a
371 solução para pleito do segmento de condomínios é difundir a segurança e saúde no trabalho, avaliar
372 primeiramente como se dará essa difusão, e não a criação de uma NR específica. Afirmou que a
373 Fundacentro se coloca à disposição para participar nesse processo, colaborando no que for preciso.

374 • Rinaldo expôs que a elaboração de uma NR específica para o setor demanda considerável tempo,
375 vez que, se for essa a proposta, ainda tem que ser consenso na CTPP a inclusão da demanda na
376 lista de prioridades de discussão. Complementou dizendo que talvez fosse o caso de se trabalhar
377 um guia de SST para os condomínios com o objetivo de orientar os síndicos e responsáveis sobre
378 as regulamentações existentes e obrigações nelas contidas.

379 • Paulo Ferrari comentou que pelo desconhecimento da legislação criou-se um mercado que na
380 prática descaracteriza a efetividade dessas Normas. Propôs primeiramente a realização de um
381 estudo pelo MTb em parceria com a Fundacentro e CONATEC para aprofundar um pouco mais no
382 tema, onde seriam apresentadas experiências e ideias a fim de encontrar um encaminhamento mais

- 383 pertinente para a questão. Repassou aos coordenadores de bancada da Comissão um documento
384 formalizando o pleito e expondo os motivos do mesmo.
- 385 • Adir comentou que não é de hoje que se nota a carência de SST para esse segmento; que é um
386 setor esquecido nesse sentido, mas sempre se fala que é preciso criar a cultura da prevenção para
387 que a legislação existente passe a ser observada e cumprida, dar conhecimento dessa legislação e
388 dos benefícios que ela pode trazer ao setor, e é isso que tem que ser feito.
 - 389 • Cláudio considerou que essa classe de trabalhadores é esquecida no tocante à SST, pois os
390 sindicatos não têm a prática, talvez até mesmo por falta de condições, de auxiliar os síndicos com
391 o que é disposto nas NRs. Disse que a melhoria das condições de trabalho só se efetua quando é
392 imposto o cumprimento da legislação, e, uma vez já existindo os dispositivos normativos, não se
393 faz necessária a criação de NR específica. Disse achar que deve ser feito um trabalho de divulgação
394 das NRs para o setor, talvez a elaboração de uma cartilha de orientação para os síndicos, um
395 trabalho maciço de conscientização, e que o MTb coloque em pauta a intensificação de fiscalização
396 nesse setor.
 - 397 • José Almeida disse que além das NRs existe também outra ferramenta que é prever em convenções
398 coletivas a criação de comissões paritárias no sentido de estudar especificamente a situação desse
399 segmento; que se trata de um fato embrionário que contribui bastante com o processo de discussão,
400 identificação de soluções para os problemas e, também, com o caráter orientativo para conseguir
401 a efetividade da SST no setor.
 - 402 • Itamar disse achar justa a reivindicação, mas uma coisa inviável é a elaboração de uma NR
403 específica para todos os segmentos que vierem a solicitá-la. Comentou que é sim possível legislar
404 SST em cláusulas de convenções coletivas, elencando por atividades, no caso pelas que mais tem
405 riscos ou coisa parecida e identificar quais as NRs aplicáveis, e, dentro dessa ideia, a saída seria
406 fazer um estudo nesse sentido e, ficando alguma atividade descoberta normativamente, avaliar
407 sobre a criação ou não de uma NR específica.
 - 408 • Maradona comentou que para o dirigente sindical é muito difícil discutir periculosidade ou
409 insalubridade com a base porque é apregoado que a questão monetária é importante e isso é errado.
410 Frisou que as pessoas (trabalhador e empregador) têm que ter a visão prevencionista, cuidar da
411 saúde, da vida do trabalhador, mas por outro lado existe a legislação que não está sendo cumprida.
412 Disse que dentro do arcabouço de Normas prescritas pela Portaria MTb n.º 3.214/78 várias
413 conseguem atender o segmento em questão, e, sendo assim, entendendo ser uma questão mais de
414 conscientização do que de elaboração de regulamentação, disse que a instituição que tem a
415 competência técnica para tanto, em nível nacional, é Fundacentro, que pode realizar um estudo
416 sobre a questão, fazer uma campanha nacional de conscientização ou mesmo um seminário
417 nacional de divulgação, e, depois disso, se ainda se chegar à conclusão de que é necessária uma
418 NR específica, avaliar o grau de prioridade.
 - 419 • Luiz Henrique Muller informou que a Fundacentro, instituição que sempre presa pela saúde,
420 segurança e vida do trabalhador, se coloca à disposição para contribuir com o que for necessário
421 para a discussão desse tema o quanto antes.
 - 422 • Spinelli informou que a Fundacentro, visando o melhor encaminhamento para a questão, se propõe
423 a formar um grupo interdisciplinar com o intuito de abrir o diálogo primeiramente com a
424 representação de trabalhadores do segmento para saber da rotina de atividades, fazer visitas com
425 o intuito de se chegar a um diagnóstico e após isso elaborar uma cartilha ou guia orientativo para
426 os condomínios residenciais e comerciais também, vez que se tratam de universos bem diferentes.
- 427 **b) Rito CTPP**
- 428 • Rinaldo disse se tratar de proposta de parecer sobre o rito do processo tripartite de elaboração,
429 revisão e alteração de Normas Regulamentadoras. A ideia é que esse parecer seja assinado
430 tripartitemente pela Comissão.

431 • Romulo comentou que a CTPP tem um rito muito próprio e que a Comissão é soberana, seja para
432 incluir pontos na pauta, seja para definir que os coordenadores darão o posicionamento final pelas
433 bancadas, definir se um determinado anexo de Norma deve ou não ser submetido à consulta
434 pública, aprovar diretamente alterações pontuais nas Normas Regulamentadoras, aprovar textos
435 que venham diretamente das comissões permanentes/temáticas e de grupos tripartites
436 subordinados a ela. Disse que a Portaria n.º 1.127/03 é genérica, que permite tal entendimento,
437 mas que ao ser lida por pessoa que não conhece o funcionamento da CTPP, pode dar a impressão
438 de que tudo quanto for demanda tenha que seguir os procedimentos nela dispostos. Assim, essa
439 proposta de parecer tem a finalidade de esclarecer para a sociedade a forma de funcionamento da
440 Comissão.

441 **c) NR-35 (capítulo 35.5 e Anexo 2)**

442 • Rinaldo disse que, depois de um enorme esforço, diálogos e debates, permaneceu controversa a
443 questão. Declarado o impasse referente à redação da alínea “b” do item 3.2 da proposta de Anexo
444 2 da NR-35, a SIT decidirá sobre a redação que será publicada, considerando o posicionamento da
445 bancada de empregadores e da bancada de trabalhadores.

446 • Em tempo, aproveitando o ensejo do tema, Clovis informou que após a última reunião da CTPP
447 se deparou com notícia no site da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB, a qual alegava que a
448 bancada empresarial da CTPP propôs uma redação para o Anexo 2 a qual garantia reserva de
449 mercado, desejando assim que fosse incluída na NR a nomenclatura “profissional legalmente
450 habilitado”, remetendo ao engenheiro segurança do trabalho a responsabilidade exclusiva da
451 elaboração de projetos e definição do sistema temporário de ancoragem para os trabalhadores nos
452 serviços em altura. Ante o exposto, informou ser uma notícia errônea, vez que essa questão foi
453 demanda da própria representação de trabalhadores e não dos empregadores.

454 • Rinaldo informou que deve ter havido algum equívoco pela assessoria de comunicação da CSB,
455 vez que a informação é incorreta, pois trata-se exatamente do contrário, a representação de
456 trabalhadores foi quem demandou a expressão “profissional legalmente habilitado”, tanto que é
457 justamente o ponto de impasse da proposta de anexo.

458 **d) Segurança e Saúde dos Trabalhadores do Setor de Telefonia**

459 • Devido à necessidade de se saber qual a proposta ou intenção do pleito, ficou definido o
460 encaminhamento de que será convidado um representante dos trabalhadores do Setor de Telefonia
461 para exposição de motivos na 86ª Reunião da CTPP.

462 **e) NR-16 (armazenamento e manipulação de propelentes sólidos e líquidos para foguetes)**

463 • Ficou acordado que a CTPP irá aguardar os desdobramentos da revisão da norma da ANTT sobre
464 o tema e, se for o caso, convidará representante do Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE, do
465 Ministério da Defesa, para apresentação e esclarecimentos sobre a proposta.

466 **f) 50 Anos da Fundacentro**

467 • Spinelli convidou a todos para participarem de um evento de comemoração do aniversário da
468 Fundacentro, que completa 50 anos no dia 21 de outubro; e também para o IV Congresso de
469 Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário, a ser realizado de 21 a 24 de novembro
470 deste ano, em Santos/SP.

471 **g) NR-10**

472 • Clovis informou que após as últimas alterações na NR-10, feitas pela Portaria MTE n.º 508/16, a
473 NR ficou sem o anexo n.º 1, fato que causa estranheza por não existir precedentes. Disse que seria
474 prudente corrigir essa falha e propôs a discussão da questão.

475 • Romulo solicitou que a bancada de empregadores apresentasse formalmente uma proposta para
476 análise do DSST.

477 • Aproveitando o ensejo, Maradona comentou que existe uma preocupação por parte dos
478 trabalhadores com reuniões que vêm acontecendo na ABNT acerca de questões da NR-10. Disse
479 que seria bom reativar a Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica -
480 CPNSEE para fazer algumas adequações e atualizações na NR, até porque o sistema elétrico do
481 país se modernizou e já não é mais o mesmo desde a publicação da NR.

482 **h) NHO sobre Iluminância**

483 • Clovis lembrou que ficou acordado em reuniões passadas da CTPP que a Fundacentro elaboraria
484 uma Norma de Higiene Ocupacional - NHO para sanar a falta de Norma Técnica na NR-17 para
485 as questões de iluminância e que seria apresentado um *draft* até o final do 1º semestre deste ano.

486 • Spinelli informou que a Fundacentro constituiu o grupo interno para essa tarefa; que foi feita uma
487 análise da ISO 8995 para checagem de parâmetros de iluminância; e que será feita uma oficina de
488 trabalho com o tema “limites de iluminância” com vistas a agregar mais conhecimento ao trabalho.
489 Disse que a perspectiva dos trabalhos é que o *draft* poderá ser apresentado à CTPP no 2º semestre
490 de 2016.

491 **i) EAD sobre a NR-20**

492 • Lumbreras informou que será feita uma experiência com a ferramenta de EAD sobre a NR-20 no
493 treinamento dos novos Auditores-Fiscais do Trabalho nomeados recentemente no Rio de Janeiro.
494 Disse que essa experiência proporcionará conhecer melhor esse processo de capacitação e
495 consequentemente validá-lo.

496 **j) Diálogos Setoriais (Projeto Brasil-União Europeia)**

497 • Lumbreras comentou que haverá no edifício sede do MTb um evento no dia 30 de junho referente
498 aos procedimentos para elaboração de Norma Regulamentadoras. Disse que a intenção do projeto
499 é a de, posteriormente, criar um guia que norteará as comissões e grupos tripartites do DSST/SIT
500 na elaboração de NRs, onde, nesse guia, constarão instruções de como redigir, critérios para
501 criação ou não de uma NR, dentre outros procedimentos a serem observados.

502 **k) Credenciamento de Laboratórios para ensaios de EPI**

503 • Lumbreras comentou que foram credenciados junto ao MTb o laboratório Centro de Tecnologia
504 da Indústria Química e Têxtil - CETIQT/SENAI, do Rio de Janeiro/RJ, para testes com
505 vestimentas contra fogo repentino, e o laboratório da Universidade de São Paulo - USP, para testes
506 com vestimentas contra arco-elétrico.

507 **l) Óculos de Tela**

508 • Cláudio Santos informou que havia encaminhado ao DSST um e-mail solicitando esclarecimentos
509 quanto ao enquadramento de óculos de tela como EPI na NR-06.

510 • Romulo informou que não recebeu, ou não chegou a ele, nenhuma demanda nesse sentido, sendo
511 assim, solicitou que o referido e-mail fosse reenviado. Comentou que esse assunto, por várias
512 vezes, foi abordado na Comissão Nacional Tripartite - CNT da NR-06 e que não teve aprovação.

513 • Mamari confirmou que o tema foi abordado pela CNT da NR-06 e por 3 oportunidades não foi
514 aprovado em virtude da simples definição do que é um EPI, pois, apesar de o equipamento ter a
515 aparente característica de proteção, não assegura o isolamento total do risco, pois perpassam
516 partículas que podem ser ainda mais prejudiciais à visão do trabalhador.

517 **m) NR-16 (Anexo Radiações Ionizantes - Parecer Fundacentro)**

518 • Clovis solicitou ao Diretor Técnico da Fundacentro, Robson Spinelli, o encaminhamento do
519 parecer técnico daquela entidade, que não considerou como áreas perigosas, para efeito do NR 16
520 Anexo de Radiações Ionizantes, as atividades desenvolvidas em áreas que utilizam equipamentos
521 móveis de Raios X para diagnóstico médico.

- 522 • Spinelli se comprometeu a encaminhar a Bancada Empresarial o parecer da Fundacentro até a data
523 de 30 julho.

2º dia (29 de junho de 2016)
Deliberações

524 **Coordenador da Reunião:**
525 Rinaldo Marinho Costa Lima (Diretor do DSST/SIT)

526 **1. Alteração de Normas Regulamentadoras**

527 a) ***NR-06 (Anexo I - Proteção contra Riscos Meteorológicos)***

528 • Clovis informou que a terminologia utilizada na redação da proposta (proteção meteorológica) é
529 muito ampla, não remete somente a chuva como se imagina, pois há a possibilidade de ocorrer
530 uma série de outras situações; e assim a proposta, na forma como está, impossibilita a aprovação
531 pela bancada de empregadores da CTPP. Entretanto, sugeriu que a proposta volte à CNT da NR-
532 06, já com os indicativos dos problemas apontados, para reanálise e definição de uma versão mais
533 adequada.

534 • Maradona disse se espantar com o posicionamento da bancada de empregadores, vez que a
535 proposta foi tida como aprovada pela CNT da NR-06. Informou que o posicionamento da bancada
536 de trabalhadores é pela aprovação da proposta.

537 • Clovis alegou que outro motivo para encaminhamento sugerido foi que na reunião da CNT, em
538 que houve a aprovação da proposta, a bancada de empregadores se encontrava desfalcada, sendo
539 representada na ocasião apenas por um membro.

540 • Rinaldo comentou que a proposta trata apenas de um item do Anexo I da NR-06, que é nada mais
541 do que uma relação de equipamentos que podem ser enquadrados como EPI, de forma que a
542 indústria fabrique equipamentos dentro do que é lá especificado, ou seja, não há com o que se
543 preocupar, pois não se está criando uma exigência, não gera interdições ou embargos, trata-se
544 apenas de uma complementação do que já é previsto no Anexo.

545 • Apesar de a bancada de Governo e a de trabalhadores se posicionarem a favor da proposta na
546 forma apresentada, ficou acordado que a proposta retornará à CNT da NR-06 para uma nova
547 avaliação e posteriormente retornará à CTPP para deliberação conclusiva.

548 b) ***NR-09 (Anexo 2 - Exposição Ocupacional ao Benzeno em Postos Revendedores de***
549 ***Combustíveis - PRC)***

550 • Sob consenso, ficou definido o seguinte encaminhamento: Depois da reunião de coordenadores da
551 Comissão Nacional Permanente do Benzeno - CNPBz (dia 30 de junho), sendo aprovada a
552 proposta de texto, essa será encaminhada para os coordenadores de bancada da CTPP para
553 avaliação, sendo que esses terão 15 dias para se posicionarem conclusivamente sobre a proposta.

554 • A proposta sendo aprovada, o DSST/SIT realizará os procedimentos para publicação da portaria.
555 Havendo impasse, o DSST/SIT avaliará a questão, podendo decidir sobre o que for controverso.

556 c) ***NR-12 (Itens da parte geral da Norma)***

557 • A proposta e alteração de itens pontuais da parte geral da NR-12 foi aprovada por consenso.

558 d) ***NR-12 (Anexos XI “Máquinas Agrícolas”)***

559 • Clovis lembrou da questão do item 6.5.4.1, que cita alíneas “a” e “b” do item 6.5.3, quando na
560 verdade as alíneas pertencem ao item 6.5.4. Comentou ser preciso adequar e perguntou se a
561 adequação poderia ser aprovada também naquele momento.

562 • Sob consenso entre as bancadas da CTPP, tal alteração foi aprovada.

563 e) ***NR-12 (Anexos XII “Equipamentos de Guindar”)***

- 564 • Quanto à ligação inadequada das alíneas “a” e “b” do item 4.1, apontada pela representação de
565 empregadores, decidiu-se por substituir “e” por “ou”.
- 566 • Quanto ao erro no caput do item 4.18, apontado pela representação de trabalhadores, decidiu-se
567 por corrigir a redação, ficando na seguinte forma: “4.18 A caçamba deve dispor:”.
- 568 • Após as adequações expostas acima, a proposta e alteração do Anexo XII da NR-12 foi aprovada
569 por consenso.
- 570 f) **NR-12 (Anexos VI “Panificação e Confeitaria” e VII “Açougue e Merceria”)**
- 571 • Clovis reafirmou que, tendo em vista os prazos para os anexos não terem sido discutidos na CNTT,
572 há a necessidade de realização de uma reunião da CNI com a ABIP, no dia 12 de julho, e de reunião
573 da CNI e ABIP com SIT, a ser agendada, para exposição de pontos de vista sobre a proposta,
574 levando em consideração as seguintes questões: prazos para aplicação; linha de corte para
575 máquinas usadas; e se essas, de acordo com versões passadas da NR-12, atenderiam ou não a
576 versão atual. Disse que para o empresariado esse cronograma tem que ser cumprido antes da
577 apresentação do posicionamento final, e isso devido ao fato de que foi acordado em reunião que
578 essa questão não voltaria mais para a CNTT, até mesmo para dar sequência à revisão de outros
579 temas e anexos, além de não bloquear a pauta da CTPP. Ante o exposto, disse entender que 30
580 dias seria um prazo suficiente para o cumprimento do citado cronograma. Enfatizou que, apesar
581 do avanço nas discussões, essas aprovações ainda não resolvem totalmente o problema dos
582 empresários, pois para isso é preciso incorporar as premissas que a CNI e a bancada de
583 empregadores têm defendido, que são a criação de uma linha de corte temporal, separação das
584 obrigações entre usuários e fabricantes e a abrangência dos benefícios para as pequenas e
585 microempresas.
- 586 • Rinaldo comentou que esses anexos abrangem um segmento muito pulverizado, formado em sua
587 maioria por micro e pequenas empresas, e que há muito tempo vem informando ao Governo ter
588 problemas com a implementação da NR-12. Disse que essa dificuldade foi reconhecida pelo
589 Ministério do Trabalho, tanto que houve um esforço enorme da CNTT para tratar desses anexos
590 cuidadosamente, com vistas a garantir a efetiva segurança das máquinas para utilização dos
591 trabalhadores de forma a simplificar a implementação dos dispositivos, e adiar essa decisão por 30
592 dias não é coisa confortável para o Governo. Finalizou dizendo que considera o agendamento de
593 reunião do segmento com a SIT um ato inadequado, por desvalorizar o tripartismo.
- 594 • Maradona disse realmente não fazer sentido aguardar uma definição da proposta para discutir
595 prazos com a SIT, pois foge dos procedimentos da CTPP.
- 596 • Romulo relatou que a representação empresarial da CNTT apresentou uma proposta de prazo que
597 não foi aceita pelo Governo e nem pela representação de trabalhadores; que essas duas bancadas
598 construíram juntamente uma contraproposta para os prazos. Em cima dessa contraproposta a
599 bancada empresarial, na reunião da CNTT, chegou a apresentar outra proposta, entretanto, 15
600 minutos depois, resolveu retirar a nova proposta, e com isso a discussão se deu por esgotada, o que
601 motivou o encaminhamento da proposta dos anexos e prazos na forma como saíram da CNTT. Ou
602 seja, a parte da redação foi consensada, mas ficaram pendentes os prazos, e esse cenário foi
603 colocado para a CTPP com o intuito de que se registre o encaminhamento a ser dado, se o impasse
604 ou aprovação da proposta juntamente com os prazos. Em relação às máquinas antigas, informou
605 que fez um comparativo entre o que era exigido antes de 2010 (antes da publicação da versão atual
606 da NR-12), com o que está sendo exigido hoje, e com o que passará a ser exigido após a publicação
607 desses anexos. Expôs que a redação proposta exigirá muito menos do que é exigido hoje e do que
608 era exigido antes. Exemplificou dizendo que uma máquina fabricada no ano de 2007, que atendia
609 à NR-12, seguindo o que o Ministério vem exigindo, atenderá aos requisitos mínimos que estão
610 sendo especificados nessa nova proposta de anexo, bem como uma máquina fabricada em 2010.
- 611 • Por fim, considerando a aprovação da proposta pelas bancadas de governo e trabalhadores, ficou
612 decidido que a bancada patronal terá 30 dias para apresentar seu posicionamento final. No caso de

- 613 a proposta ser aprovada, o DSST/SIT realizará os procedimentos para publicação da portaria.
614 Havendo impasse, o DSST/SIT avaliará a questão, podendo decidir sobre o que for controverso.
- 615 • Maradona considerou importante que, visando dar continuidade ao processo de entendimento ao
616 Senado Federal de que a CTPP e a CNTT continuam no esforço concentrado em busca de soluções
617 e dando encaminhamentos para o que vem sendo consensado, sugeriu que a CTPP agendasse uma
618 reunião com os senadores envolvidos com a questão da NR-12 para mostrar-lhes os resultados
619 positivos, os avanços da NR-12 oriundos da discussão tripartite.
- 620 g) **NR-34**
- 621 • Lumberas informou que os ajustes observados e propostos por Robson Spinelli referentes à
622 redação serão discutidos posteriormente à deliberação da proposta atual, mais precisamente na
623 próxima reunião da CNTT da NR-34. Explicou novamente que a proposta atual consiste na
624 substituição da terminologia do RIA por ORI II, no texto da Norma; e deixar de exigir a PT para
625 atividades corriqueiras em ambiente próprio e adequado para a execução dessas, como assim é
626 uma cabine de pintura.
- 627 • Spinelli informou estar à disposição para participar da próxima reunião da CNTT da NR-34 e
628 colaborar tecnicamente com o que for necessário.
- 629 • Clovis informou que o posicionamento da bancada de empregadores é pela aplicação da proposta
630 apresentada.
- 631 • Maradona, pela bancada de trabalhadores, disse entender que são necessárias algumas explicações
632 a mais para pronunciar uma posição final quanto à proposta, e assim seria prudente juntar as
633 observações feitas por Robson Spinelli à proposta atual, rediscutir na CNTT da NR-34 e depois
634 retornar à CTPP. Ante o exposto, disse que a bancada de trabalhadores, naquele momento, não
635 teria condições de deliberar sobre o tema.
- 636 • Clovis explicou que o texto traz uma tentativa de solução para dois problemas: o primeiro é a
637 harmonização com a legislação da CNEN, conforme discorreu Robson Spinelli; e o segundo que
638 são os 2 últimos itens da proposta (34.9.1 e 34.9.5.1), que se refere à PT para cabine de pintura.
639 Sendo que a aprovação desses dois itens separadamente do resto da proposta já resolveria um
640 problema que a indústria naval vem enfrentando atualmente. Solicitou então que fossem aprovados
641 pelo menos os dois itens citados, ficando a primeira parte da proposta sobrestada até que a CNTT
642 da NR-34 a discuta.
- 643 • Após ampla discussão e tentativas de acordo, acabou ficando definido o encaminhamento de que
644 a proposta de redação para o capítulo 34.7 retornará à Comissão Nacional Tripartite Temática -
645 CNTT da NR-34 para reanálise.
- 646 • De forma independente ao capítulo 34.7 da NR-34, os itens 34.9.1 e 34.9.5.1 foram aprovados na
647 forma apresentada.
- 648 **2. Outros Assuntos**
- 649 a) **Rito CTPP**
- 650 • O documento (Parecer CTPP n.º 01/2016) foi aprovado sob consenso, sendo o mesmo assinado
651 pelos coordenadores de bancada da Comissão.
- 652 • A assinatura por parte dos empregadores se deu pela pessoa de Clovis Queiroz, representante da
653 CNI, que coordenou a bancada nessa reunião da CTPP em substituição ao Sr. Magnus Apostólico.
654 A investidura para tanto se deu com o aval de toda a bancada de empregadores.
- 655 b) **Edifícios e Condomínios**
- 656 • Após exposição de motivos feita no primeiro dia da reunião por representantes de trabalhadores
657 do Segmento de Condomínios, no tocante ao amparo e melhoria de condições de trabalho para os

658 trabalhadores com a aplicação de Regulamentação específica para a área, ficou acordado que a
659 Fundacentro formará um grupo interdisciplinar para elaborar uma cartilha educativa para o setor
660 de condomínios, tanto comerciais como residenciais.

661 c) **NR-10**

662 • Maradona disse que vem insistentemente solicitando a inclusão do Setor Elétrico como prioridade
663 no programa de fiscalização do Ministério do Trabalho e também insistentemente vem falando
664 sobre as audiências de notificações coletivas no âmbito da SRTE/SP e PRT 2ª Região. Ante o
665 exposto, propôs que fosse feita uma ação semelhante no Estado do Pernambuco, que também passa
666 por dificuldades em relação à segurança do trabalhador, segundo o procurador Leonardo
667 Mendonça.

668 • Rinaldo informou que a proposta será encaminhada à SEGUR/PE para, juntamente com a PRT 6ª
669 Região, verificar a possibilidade de realizar uma ação nesse sentido.

670 • Leonardo Mendonça informou que se coloca à disposição para tratar do assunto tanto no âmbito
671 de Pernambuco como reprodução em nível nacional.

672 d) **Exames Toxicológicos**

673 • Mamari informou que a legislação está vigente, tem que ser cumprida, mas que as dúvidas
674 continuam, e que existem várias ações judiciais em trâmite, tanto por sindicatos patronais quanto
675 de trabalhadores contra a Lei n.º 13.103/15. Disse que os questionamentos recorrentes são: quando
676 de um resultado positivo, o que deve ser feito? O que vem a acontecer posteriormente? Para onde
677 o trabalhador deve ser encaminhado para fazer tratamento? De quem é essa responsabilidade?
678 Como o trabalhador vai ficar na condição de inapto durante o período em que ele não poderá
679 dirigir? Disse que essas dúvidas, dentre inúmeras outras, vem gerando uma insegurança para todas
680 as partes porque foi colocada a exigência, mas não foram previstas as consequências.

681 • Rinaldo informou que o DSST elaborará uma série de perguntas e respostas dentro do que compete
682 ao MTb, com o intuito de dirimir ao máximo as dúvidas da sociedade.

683 e) **Transição de Gestão do DSST/SIT**

684 • Rinaldo informou que o Ministério do Trabalho, em si, está em período de mudança de seus
685 gestores e que com isso, provavelmente essa seria sua última participação em reuniões da
686 Comissão. Agradeceu pela compreensão e pelo apoio de todos durante todo o tempo em que esteve
687 a frente da coordenação da CTPP. Se despediu desejando a continuidade de bons resultados
688 oriundos dos trabalhos da Comissão.

689 • Maradona comentou que, durante todo o tempo em que esteve à frente da CTPP, Rinaldo sempre
690 contou com uma boa equipe e o apoio da maioria dos membros, e isso ajudou muito no desenrolar
691 dos trabalhos. Considerou ter sido o período em que mais se conseguiu avanços nas
692 regulamentações de segurança e saúde no trabalho. Em nome da bancada de trabalhadores,
693 agradeceu por ter desenvolvido um ótimo trabalho na coordenação da Comissão e desejou sorte e
694 sucesso na nova empreitada.

695 • Mamari e Clovis discursaram amistosamente sobre a pessoa de Rinaldo e em nome da bancada de
696 empregadores desejaram boa sorte na nova caminhada que está por vir.

697 Nada mais a ser discutido, a reunião foi encerrada.